

PORTUGAL-CHINA: A DISTÂNCIA QUE APROXIMA

葡萄牙与中国：拉近的距离

Luís Filipe Barreto

Universidade de Lisboa

[...] a tolerância recíproca pressupõe realizadas duas condições [...] por um lado uma igualdade relativa, e por outro, uma distância física suficiente [...]

Claude Levi Strauss, 1983

I. As relações entre portugueses e chineses nascem em 1509 nos mares e ilha da zona portuária de Malaca. São contactos informais, marítimos, de mútuo reconhecimento, entre autoridades oficiais do Estado – Dinástico de Portugal e um grupo de privados mercadores chineses da Província de Guangdong em comércio na Ásia do Sueste¹. 1509 marca a emergência de relações diretas, regulares, contínuas entre portugueses e chineses. Marca o nascimento das diretas e modernas conexões e interdependências marítimas Europa, China, Atlântico, Índico, Pacífico Asiático/Mares do Sul da China.

As relações entre Portugal e a China, entre o Extremo-Occidental da Eurásia, na península de penínsulas que é a Europa e o Extremo Oriental, da maior plataforma continental e marítima da Eurásia, que é a China, possuem uma singularidade e especificidade únicas: são as primeiras relações diretas, regula-

¹ “[...] É na ilha fronteira a Malaca, por nós chamada “ilha dos chins”/”porto dos chins”, reservada aos navios estrangeiros, que os portugueses estabelecem, pela primeira vez, contacto com mercadores chineses, no caso o cantonense “Chulata” / “Cheilata” (“Xu Lada”) [...] por entre palavras em chinês e português com a língua árabe por intermediária” [...] (Barreto, 2006, pp. 43-44).

res, contínuas, as fundacionais relações diretas entre as modernidades globais que vão emergindo na Eurásia dos séculos XV a XVII.

A distância máxima na Eurásia entre as faixas litorais e marítimas de Portugal e da China produziu a primeira conexão direta e moderna entre europeus e chineses. O mar, as caravelas, as naus e os juncos transformaram o distanciamento em relacionamento, fizeram da distância máxima proximidade primeira (vd. Ptak, 1998 e Wade, s.d.). Portugal e a China possuem, pois, um relacionamento único, uma conexão regular e contínua da mais longa duração, meio-milenar.

Até à emergência em Malaca no século XVI das relações diretas transculturais e comerciais marítimas, entre Portugal e a China, as relações entre Europeus e a China tinham sido indiretas, irregulares, ocasionais, de pontuais contactos diretos neste ou naquele momento para pouco tempo depois regressarem ao padrão das relações indiretas e descontínuas (vd. Shen Fuwei, 1996; Smith, 2009; Mu-Chou Poo, 2006).

As relações indiretas datam da antiguidade, da China Han e dos mundos Grego e Romano. São trocas mercantis das luxuosas e exóticas seda e porcelana, através da Pérsia, Índia, Índico e da Ásia Central, mais tarde a partir do século VII do Islão, em troca de moeda e metais preciosos: “[...] a Índia, os Seres, a Península (arábica) arrebata todos os anos ao nosso império cem milhões de Sestércios, calculando por baixo: a tal preço nos sai o nosso luxo e as nossas mulheres [...]” (Plínio, 1997, XII, 84; vd. Gil, 1995 e 1993).

Na idade das relações indiretas, até ao surgimento das relações Portugal-China, reina o mútuo quase desconhecimento, a muito escassa informação europeia sobre a China, os genéricos termos “Seres” e “Cataio”², e a não menos escassa informação chinesa sobre a Europa na geografia incerta de um Ocidente³.

Estas relações (verdadeiramente mais pontuais contactos por via de Outros) indiretas, irregulares, bem reduzidas e ocasionais entre Europeus e a China duram dos séculos II – I a.C. até aos finais do século XV, duram até ao ano de 1509/Malaca, na fronteira marítima da Ásia Pacífico com o Índico, que faz emergir a Idade de Relacionamento Direto, Regular, Contínuo onde ainda hoje vivemos e cada vez mais.

² Acerca do Oriente nos mundos de viagem dos europeus medievais, veja-se o recente Phillips (2014). Na mais longa duração destas *classificações*, Gorshenina (2014); Fôret & Kaplony (2008).

³ Acerca do Ocidente na cultura chinesa, veja-se Wang, M. M. (2014).

As relações indiretas entre Europeus e a China duraram cerca de milénio e meio enquanto que as relações diretas nascidas da e na conexão Portugal-China duram há meio milénio. O grande ponto de viragem, nos processos da mais longa duração de dois mil anos de conexão e interdependência Europa-China, encontra-se no século XVI, nos anos de 1509/Malaca, 1513/Cantão, 1517/ Embaixada de Tomé Pires, 1555/Macau, que fazem nascer plataformas marítimas, culturais, políticas de mútuo entendimento e de mútuo benefício (vd. Barreto, 2012; Carneiro & d' Oliveira Martins, 2014; Loureiro, 2000; Romano, 2016).

Na longa idade de relacionamento indireto e descontínuo, a Europa, indiretamente, recebeu escassas manufaturas (sedas e porcelanas), escassos produtos exóticos chineses. Mas, recebeu, também, algumas das grandes inovações tecnológicas nascidas e vindas da China por via do Islão⁴ e das rotas terrestres abertas com o Império Mongol (vd. Abu-Lughod, 1989; Hodgson, 1993; Ptak, 2007).

A China foi nesta idade de relacionamento indireto um dos polos mundiais da inovação. Da China, essas inovações tecnológicas de então passaram à restante Ásia Oriental, à Ásia Ocidental, Islão e Europa (vd. Hobson, 2004; Huff, 1993). Algumas dessas inovações chinesas que se mundializaram para as restantes Ásias da Ásia, Norte de África e Europa, sobretudo a partir dos séculos XII e XIII, tiveram alta importância no nascimento do relacionamento direto marítimo e moderno do século XVI.

O encontro de portugueses e de chineses em Malaca, em 1509, com as suas caravelas/naus, canhões, juncos, só foi possível graças a inovações tecnológicas chinesas universalizadas, como a bússola e a pólvora, saídas da China e dos Mares do Sul da China para a Europa, nos séculos XIII e XIV, sobretudo por via do Islão, Árabe e Persa.

Quando os portugueses e os chineses falaram pela primeira vez em Malaca/1509 fizeram-no em árabe. O árabe era então a grande língua franca do comércio marítimo internacional. A única língua em comum que possuíam portugueses e chineses porque o Islão era a fronteira que, ao mesmo tempo, separava e comunicava, afastava e aproximava indiretamente Europa e China. Quando, por volta de 1565, já no ambiente da plataforma comum de Macau, os chineses falam/escrevem pela primeira vez Portugal (*Pulidujia*) ecoa a palavra persa de 1305-1306 *Pordukala* (Portugal) do então Irão Mongol conquistado em 1230-1231 (Mohebbi, 2016, pp. 48-50 e Lane, 2007).

⁴ Para a relevância destas relações China-Islão, veja-se Park (2012) e, no seu largo contexto, Beaujard (2012).

As relações indiretas, sobretudo por via do Islão, possibilitaram a chegada à Europa de inovação tecnológica de origem chinesa, adaptada e transformada, como vemos com a bússola marítima que nos séculos XI e XII tem nas províncias marítimas do Sul da China, muito em especial em Guangdong, altas melhorias com uma agulha de aço magnetizada e que encontramos em Aden no século XII e no Mediterrâneo (Sicília Islâmica e Itália) no s. XIII. A pólvora/modelos de canhão de bronze chega da China ao Egipto no século XIII e dissemina-se pela Europa mediterrânea e Atlântica nos séculos XIV e XV. O fabrico do papel, invenção chinesa do século I a. C., começa a ter difusão global sobretudo a partir do século VIII (Samarçanda, 751 e Bagdad, 795) e vamos encontrá-lo no Islão Mediterrâneo (Fez, 1100, Sicília, 1109) Sevilha e nas Europas do Islão, 1150 e da Cristandade: Veneza, 1290. O mesmo processo de difusão, transformativa adaptação, se passa com a impressão xilográfica, nascida na China no século VII, que vemos na Europa do século XIV (Veneza, Cracóvia, etc.) e no fabrico da porcelana-faiança que encontramos na Pérsia dos séculos XI e XII e em Veneza, 1470 e que mais tarde em resultado também das relações diretas irá expandir-se pela Europa (Florença, 1580; Delft, 1634; Ruão, 1673, etc.).

A idade das indiretas articulações entre Europas e China não é pois um tempo vazio. É mesmo um processo que acelera com condutores eurasiáticos como o Islão e o mundo Mongol, a partir dos séculos XII, XIII, XIV, XV. No entanto, a Grande Transformação, qualitativa e quantitativa, na conexão e na interdependência Europa-China está guardada para o século XVI e para a lógica processual do encontro (plataforma marítima Eurasiática) Portugal-China

II. A singularidade das relações Portugal-China reside no facto de serem as primeiras conexões e interdependências Europa-China diretas, regulares, contínuas. De serem o ponto de viragem que faz emergir uma nova idade. Uma nova idade em que, graças às comunicações e ao comércio marítimo, os custos de transporte e de preços de mercado baixam significativamente, os mecanismos da procura e da oferta Europa-China são, pela primeira vez, tendencialmente alargados possibilitando a emergência de alguns mercados com algo em comum como o da feira de Cantão, feito de manufaturas e exóticos chineses para a Europa, bem como de circuitos de moeda e de metais preciosos (em especial, prata) para a China. Manufaturas e exóticos que embarcados da boca de Cantão, e a boca por excelência até ao século XVIII será o serviço portuário internacional de Macau, desaguam em Lisboa, Antuérpia, Sevilha, Roma, etc., e mais tarde no século XVIII, Amesterdão, Londres, Paris, etc.

A Grande Transformação operada pelas relações marítimas, comerciais, transculturais diretas entre portugueses e chineses reside não só na emergência até ao século XVIII de uma alargada cultura material chinesa na Europa, dum consumo europeu bem mais amplo de produtos chineses como sedas, porcelanas, mobiliário, lacas, papel de parede, etc., como na instauração de uma nova idade transcultural (porque de conexões e interdependências diretas, regulares, contínuas) em que se trocam livros e mapas, línguas e tecnologias, ideias e ideais. Onde o mútuo conhecimento e sobretudo o conhecimento e o fascínio pela China alargam a muitas das elites das Europas da Europa.

As interdependências e conexões Portugal-China fazem emergir uma idade que vence os distanciamentos físicos das extremidades Eurasiática instaurando proximidades marítimas eletivas constantes, regulares e crescentes desde o século XVI aos nossos dias.

O processo de relações diretas Europa-China iniciado por portugueses e chineses teve até aos nossos dias de 2017 três grandes fases. Uma primeira de 1509 até aos meados/finais do século XVIII. Uma segunda dos finais do século XVIII e dos inícios do século XIX, anos de 1830-1840 até aos meados do século XX. Uma terceira em que hoje vivemos nascida sobretudo a partir de 1987 e dos anos noventa do século passado.

Cada uma destas fases do grande processo de relacionamento direto entre Europas da Europa e China possui diferentes faces, ritmos, modos e funções. Neste breve estudo introdutório e panorâmico vamos, tão só, destacar alguns dos padrões chave, algumas das regularidades e diferenças que permitem uma melhor compreensão do presente e do passado.

As relações diretas são sempre entre Europas da Europa e a China porque a Europa é uma pluralidade, um equilíbrio em fragmentação espacial desde o século XIII, uma realidade múltipla de Estados Dinásticos e de Estados-Nação que a partir dos séculos XVI e XVII, primeiras modernidades globais, entre si concorrem às escalas Eurasiática e Planetária (Goody, 1996; Woodside, 2006). A Europa é bem mais uma ideia e ideal⁵ e bem menos uma realidade.

A China, bem pelo contrário, é uma espacialidade integrada, uma Unidade plural. Um Império, hoje um Estado-Nação, multiétnico, multilinguístico, multicultural. Tem tanta ou mais pluralidade sociocultural que a Europa, mas seguiu uma via política própria de Organização político-civilizacional una

⁵ Para um quadro geral, vd. Pagen (2002) e acerca da Europeização Global para os nossos dias, vd. Von Laue (1987).

e centrada enquanto que as penínsulas da Península da Eurásia trilharam em especial no segundo milénio outra via própria de organização político-civilizacional múltipla e policentrada (vd. Rosenthal, 2011; Tin-bor Hui, 2005; Wang Hui, 2014; Wong, 1997).

A conexão e a interdependência diretas e crescentes a partir dos séculos XVI e XVII dá-se pois entre Europas e europeus da múltipla Europa e a China Imperial das dinastias Ming e dos primeiros Qing⁶. Isto significa concorrências, conflitos, mas também parcerias entre europeus, em especial a partir dos finais de quinhentos, em relação às vantagens na conexão e no conhecimento, às vantagens no maior relacionamento com interesses e poderes chineses. Concorrência, parcerias e conflitos entre portugueses, espanhóis, italianos, holandeses, ingleses, sem esquecer as relações eurasiáticas continentais entre a Rússia e a China⁷.

A dimensão multilateral e ambivalente dos europeus e das Europas da Europa é um traço que se manifesta de forma continuada desde o século XVI até aos nossos dias no relacionamento com a China. Os diferentes caminhos e ritmos europeus alimentaram muitas das grandes diferenças entre a primeira e a segunda fase do relacionamento direto Europas-China. Na primeira, séculos XVI-XVIII, estamos frente a uma conexão e interdependência crescentes entre culturas e sociedades, economias e políticas, sem dúvida, diversas, mas convergentes nas ritmias de mundos agrários e urbanos em modernizações de monetarização, manufatura, comércio e mercados locais, nacionais, internacionais. Pelo contrário, a partir dos inícios do século XIX e até meados do século passado com a emergente e triunfante civilização industrial instaurou-se uma Grande Divergência não apenas entre vias e ritmos da Europa frente à China, frente à Índia, Japão e restante Eurásia/Mundos do Mundo, como entre as Europas da Europa muito em especial, as do Norte-Sul e Ocidental-Oriental (vd. Arrighi, 1994; Bayly, 2004; Pomeranz, 2000).

Na primeira fase das relações diretas entre a Europa e a China, assistimos a uma chegada de poderes e de interesses marítimo-mercantis europeus aos mares, litorais e circuitos comerciais da China Ultramarina e da China do Sul.

⁶ Veja-se, entre muitos outros estudos de síntese, Mungello (1999) e Phillips (2011, pp. 149-260) acerca da “Sinofera”. Em termos económicos, vd. Madisison (2005).

⁷ Veja-se, entre muitos outros panoramas, Barreto (2000) e Subrahmanyam (1993). Para um quadro global introdutório e sintético, Darwin (2007). Em termos comparativos, vd. Allen (2005); Ramos (2012).

Primeiro, portugueses, 1509-1513, passado mais de meio século, espanhóis, holandeses, ingleses são atraídos pela economia mundo da Ásia Oriental. Pelo, então, paraíso do desenvolvimento manufatureiro e industrioso (mesmo que a inovação esteja bloqueada desde o século XIV) com abundantes e lucrativas sedas e porcelanas, lacas e mobiliário, biombos e damascos, papel e raiz da China, etc., em troca da pimenta, sapão, especiarias finas da Ásia do sueste e das pratas japonesa, mexicana e europeia.

Os portugueses e a seguir outros europeus entram num universo político, económico, cultural acentuadamente Sinocêntrico assente num multissecular sistema diplomático, hierárquico, internacional tributário completado por fortes dinâmicas regionais privadas, miscigenadas, migratórias (vd. Hamashita, 2008; Kang, 2010; Li Kangying, 2010; Gang Zho, 2013). Ao viver-se uma idade de predominante convergência de Modernidades e de Simultaneidade–Contemporaneidade tecnológica os recém-chegados dos mares ocidentais (Índico e Atlântico) e dos Mares do Sul do Pacífico Americano trazem diferenças, ainda contidas e não suficientes para alterar decisivamente os padrões estruturais da Ásia Oriental. É este horizonte de Diferenças, mas não de Desigualdades-Divergências que forma o berço das diretas relações Portugal-China e dá origem conjuntamente com o Pioneirismo Temporal à sua especificidade-singularidade.

A chegada dos portugueses aos mares e litorais da China significa o nascimento de um alto e moderno impacto da China em Portugal, na restante Europa e em partes dos mundos atlânticos litorais da América e de África, “[...] porcelana é a droga que mais facilmente se vende [...]” diz em Salvador da Baía um anónimo, em 1758, quando esta primeira fase de relacionamento direto se aproxima dos finais. O imenso impacto moderno da China nos europeus e na Europa nasce a partir de Malaca nos anos 1509-1513, mas cresce explosivamente sobretudo a partir de Macau nos anos pós 1555-1557 (e também de Manila, 1571).

A cidade portuária internacional de Macau, a “boca de Cantão” para os mundos do Mundo, surge nos séculos XVI e XVII, ainda em parte do século XVIII, como fronteira por excelência nas relações marítimas, comerciais e transculturais Europa-China. Macau é nesta primeira fase do relacionamento direto a plataforma Eurasiática das rotas marítimas da seda e porcelana. A fronteira máxima da moderna conexão e interdependência Europa-China. O porto, cidade, serviço que traz Europa à China e ao Japão (via Nagasaki) e faz sair China para a Europa e os mundos do Mundo Neo-Europeu em África e sobretudo nas Américas. Macau é uma cidade portuária internacional de auto-

nomia interdependente frente a múltiplos poderes e fatores regionais e imperiais, locais e internacionais, próximos e distantes, que vão desde Guangdong e o Fujian até Lisboa e Pequim passando por Goa, Manila, Madrid, Roma, etc. Fruto nascido de parcerias sino-portuguesas emerge como polo dinamizador do comércio triangular da Ásia do Sueste-Ásia Oriental que troca produtos naturais malaios, indonésios, tailandeses por manufaturas chinesas e metais preciosos japoneses ao mesmo tempo que desloca e introduz nestes universos componentes do Indico, Atlântico e Pacífico (por via de Manila/Macau em concorrência e parceria).

Macau é, em especial no século XVI e na primeira metade do século XVII, a Capital e o Capital das relações Portugal-China. A sede do consórcio de mútuos interesses e mútuos benefícios que faz de Lisboa⁸ o porto Europeu por excelência da Ásia e da China, o cais de desembarque de culturas material e intelectual chinesas que alimentam o “chinesar”, como se diz na época, duma “Europa Chinesa” (R. Étiemble).

Entre o século XVI e a primeira metade do século XVIII o impacto da China na Europa, assente em larga medida no consórcio sino-português com sede operativa em Macau, dá-se tanto nas culturas material como intelectual.

A China é, em termos do comércio internacional, o grande abastecedor de consumo exótico das elites europeias, o grande inspirador de um padrão de luxo, bem-estar e ostentação que passa pelo pavilhão – jardim, pela sala chinesa e o papel de parede, mas passa, acima de tudo, por uma socialmente alargada “Sedomania” e por crescente procura de porcelanas e de inspiração, produção, imitação das mesmas⁹.

O surgimento nos Mares, Litorais e Mercados da Ásia Pacífico de portugueses nos inícios, doutros europeus nos finais, do século XVI é sinal de vanguarda. Sinal de que a maior inovação tecnológica marítimo-militar, o poder dos canhões e das velas reside agora, desde o Atlântico do século XV, na Península das Penínsulas que é a Europa e sobretudo na plataforma marítima peninsular de articulação Mediterrâneo-Atlântico que é Portugal (vd. Ptak, 2004; Matos & Thomaz, 1993). O predomínio marítimo dos Falcões (canhões de bordo) e

⁸ Um recente catálogo de exposição informa sobre algumas fontes e alguns poucos estudos AA. VV. (2017). Sobre a função desta Lisboa cosmopolita, vd. Barreto (2008, Vol. I, pp. 475-501). Veja-se também Annemarie & Lowe (2015).

⁹ Um conjunto de Estudos e um panorama do impacto chinês na cultura material portuguesa, in Barreto & Serrão (2015).

das Naus não é ainda, contudo, nos séculos XVI a XVIII diferença qualitativa essencial. Também os juncos são naus, as armadas de costa dos juncos chineses serão militarmente apoiadas pelos portugueses logo a partir dos inícios dos anos 60 do século XVI no quadro da parceria informal de Macau.

A diferença tecnológica implica já desenvolvimentos náuticos superiores dos portugueses, mais tarde de outros europeus, em domínios como o poder de fogo marítimo, a organização internacional mais ampla, o canhão e a balística, a espingarda, a pistola, o relógio mecânico moderno, a ótica e os óculos, a tipografia/impressão de caracteres móveis (que havia nascido na China século XI com Bi Cheng e melhorada com Wang Zhen no século XIII), etc., mas esta era tão só uma diferença de grau no mesmo universo tecnológico/ecológico, uma Diferença entre Contemporâneos.

A Diferença permite a chegada de europeus aos mares e mercados da Ásia Oriental. Permite a sua instalação em pontos/portos litorais e o seu êxito marítimo-mercantil em circuitos intra e interasiáticos e eurasiáticos. Mas a Diferença de grau no interior de um mesmo e convergente tempospaço tecnológico, social, político e cultural esbate e integra o essencial deste impacto europeu dos “Folangji” (onde, uma vez mais ecoam os termos Árabe/“Faranj” e persa “Farang” para designar os europeus, cristãos, portugueses: “Francos”).

A Europa apresenta-se à e na Ásia Oriental, mas a sua presença é ainda e tão só mais uma, a mais recente e a mais moderna vinda dos mares ocidentais e mares do sul mas, ainda e tão só de uma das modernidades europeias e asiáticas dos séculos XV, XVI, XVII. É esta proximidade civilizacional (são Contemporâneos em direta Simultaneidade) na distância física que cimenta a atmosfera de mútuo entendimento, mútuo benefício e mútua tolerância que faz emergir Macau e onde os portugueses são ao mesmo tempo súbditos fiéis da China e de Portugal¹⁰.

A chegada, instalação, acomodação e asiaticização/sinização marcam as regras possíveis do primeiro relacionamento moderno. A diferença portuguesa e europeia dá acesso limitado aos mares e litorais da China, mas não possibilita impacto central e nuclear nos caminhos da China Ming e Qing e das relações internacionais da Ásia Oriental do século XVI ao século XVIII. Por isso,

¹⁰ Em 1 de Novembro de 1639, o Jesuíta português Francisco Furtado afirma que os mercadores portugueses de Macau “são já como vassalos do Rei da China”. Veja-se Barreto (2006, p. 205). Sobre o Estatuto de Macau veja-se também Alves (1999); Fok (1996); Souza (1986); Usellis (1995); Wu (1999).

o grande impacto nesta primeira idade de relacionamento direto vai ser o da China na Europa e não o da Europa na China. Macau é sem dúvida uma fronteira Eurasiática que faz escoar Europa na China, no Japão, mesmo na Coreia (vd. Cortesão & Mota, 1960), mas é sobretudo o serviço internacional portuário da China (Guangdong e Fujian) que promove a exportação do “made in China” para a Europa.

O pioneirismo temporal nas relações diretas, regulares, contínuas é a base de recolha, tratamento, acumulação, difusão, bem mais manuscrita e restrita que impressa e aberta, entre círculos portugueses na Ásia e em Portugal de todo um novo, múltiplo e mais informado e preciso horizonte de conhecimento Europeu sobre a China e os Chineses.

Os dados fluem, logo a partir do Índico e de Calecute. Isso explica em Lisboa, 1502, a primeira representação europeia dos mares e litorais da China e da ilha de Ainão no Planisfério Anónimo dito de Cantino.

Ao longo do século XVI e da primeira metade do século XVII a cartografia náutica portuguesa, sobretudo de portugueses asiaticados e de miscigenados, marca os horizontes do cartografar ocidental da China. Fornece a matéria prima da restante cartografia da China quer manuscrita quer impressa¹¹.

Em português chegam e correm pela Europa informações e novidades manuscritas e impressas, sobre o sistema tributário, a China ultramarina, o seu comércio internacional, os portos e cidades das províncias do Sul, as primeiras descritivas Europeias de base vivencial da ética e administração da China Ming¹², os primeiros dados sobre o funcionalismo letrado de forma algo fundamentada em manuscritos e impressos, a primeira história – geografia europeia impressa da China, o Tratado das Coisas da China de Frei Gaspar da Cruz, Évora, 1569-1570 (Frei Gaspar da Cruz, 1997).

A rapidez e a intensidade deste impacte cultural da civilização chinesa (sincretizada em perspetiva europeia) sobre elites e centros de poder cultural na Europa pode avaliar-se também por outros factos anteriores e posteriores à adoção/imitação do exame escrito, em 1599, por parte dos jesuítas e a partir de informação vinda de Macau Numa primeira idade de exotismo, em 1513-1514, Roma na embaixada enviada por D. Manuel ao Papa Leão X (pontificado de 1513 a 1521) surge como uma das ofertas um impresso livro chinês. Em 1615

¹¹ Veja-se Barreto (1995 e 1997) e a bibliografia aí indicada.

¹² Veja-se Barreto (1997, pp. 426-430) e Loureiro (2009).

um breve do Papa Paulo V (pontificado de 1605-1621) permite a tradução da Bíblia para chinês bem como a utilização da língua chinesa como língua litúrgica, ou seja, de valor equivalente ao latim.

A Coroa de Lisboa e a Cúria de Roma mostram assim o seu fascínio pela impressão e língua chinesas enquanto humanistas, jesuítas e mercadores proclamam, desde a década de quarenta do s. XVI, o valor dos livros, da língua e dos exames escritos chineses.

A tradução e interpretação português-chinês é também uma das primeiras dimensões a emergir com “línguas”, tradutores intérpretes de ocasião e oralidade. A partir dos anos 1560-1570 este universo vai em Macau acumulando listas de vocábulos/caracteres, português-chinês, que formam a base semântica e pragmática do primeiro dicionário de chinês numa língua europeia, o *Vocabulário Português-Chinês*, c. 1580-1588, redigido por equipas múltiplas em Macau e Zhaoqing, por certo acumulado pelos jesuítas, sob a condução de A. Valignano e D. Sande, de que conhecemos um exemplar manuscrito trazido para Roma, 1589 por M. Ruggieri¹³. Seguem-se, no século XVII, seis dicionários manuscritos desde o *Dicionário Chinês-Português* “do ano do senhor de 1625” até ao *Vocabulário da língua mandarina* de possível coautoria de Francisco Varo, de cerca de 1670. No século XVIII, pelo menos três, desde o de José Monteiro, C. 1717 até ao Dicionário “sínico-latinum-lusitano”.

Esta série de pelo menos 10 dicionários Português-Chinês é a mais abundante e completa de vocabulários de chinês numa língua europeia entre os séculos XVI e XVIII. Todos manuscritos e de exemplar único, todos inéditos com excepção da reprodução facsimilado do século XVI, todos os dez por estudar, editar criticamente, comparar. Todos produzidos na China implicando mais direta ou indiretamente a ligação a Macau. Todos, hoje existentes em arquivos e bibliotecas de Portugal, restante Europa, China.

Estas obras de ponto de situação do cruzamento entre as línguas portuguesa e chinesa são resultantes coletivas e cumulativas dos ambientes de europeus sinizados e de chineses com conhecimentos de Europa “Xi Rue/conhecimento Ocidental” que, no entanto, não tiveram impacto significativo em Portugal e na restante Europa.

A primeira idade de relacionamento direto Europa-China produz na cultura intelectual de Europeus (Humanistas, Jesuítas, Iluministas) tanto na China

¹³ *Dicionário Português-Chinês* (2001). Recensão Crítica de Barreto (2002, pp. 117-126).

como na Europa, um sincretismo em que a tradição cultural chinesa (neoconfucionismo, taoísmo, budismo) se mantém no essencial firme nos seus postulados enquanto que os Europeus acolhem a diferença, desenvolvem sinizações várias para entrar no conhecimento ou mesmo tentar integrar essa cultura oficial chinesa (vd. Hart, 2013; Oliveira, 2003; Rees & Dematté, 2007).

Naturalmente, devido ao pioneirismo temporal, à intensidade das conexões, à fronteira comum Macau, a China fascina e a China modela antes de mais na cultura intelectual portuguesa. Em Coimbra, 1549 no *De Gloria* o humanista Jerónimo Osório proclama o valor da “impressão dos livros” na China “há séculos quase infinitos”. Em Macau, 1555 o irmão noviço e mercador escritor Fernão Mendes Pinto afirma, em Carta, a impossibilidade de uma China Cristã, ou seja, de aculturar-europeizar a civilização chinesa. Em Lisboa, 1563 o historiador e filósofo humanista João de Barros elogia na Década III da Ásia a sabedoria chinesa de expansão contida nas navegações de Zheng He. Em Macau-Cochim, em língua castelhana, Alexandre Valignano S. J. realça por volta de 1584, a importância da meritocracia política chinesa, através dos exames escritos do funcionalismo público (em oposição/contraste às hierarquias de sangue e de espada) pois “[...] el absoluto y principal mando y gobierno en la China está en los mandarines letrados [...]” (Valignano, 1944, p. 233).

A China como fascínio e como modelo encontra-se em todas as Europas da Europa do Humanismo ao Iluminismo. É a face dominante no modo Europeu de representar a Diferença como Distância em Contemporaneidade. Em 1587, nos *Ensaïos*, de Montaigne, serve para provar a diversidade – pluralidade das vias (Europa-Ásia/China) de desenvolvimento sociocultural: “[...] Na China no qual Reino a polícia e as artes, sem comércio e conhecimento das nossas, suplanta os nossos exemplos em várias partes de excelência, e da qual a história me ensina quanto o mundo é mais amplo e mais diverso, que nem os antigos nem nós penetramos [...]” (Montaigne, 1962, t. II, liv. III, cap. XIII, p. 524).

A China torna-se nas Europas da Europa um tópico filosófico, político, literário, ideológico, económico chamado para comparar e operar crítica cultural. Em Madrid, 1615, surge impressa a segunda parte *Del Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha* e, na Dedicatória, Miguel de Cervantes inventa ter recebido uma carta-convite do Imperador da China “[...] porque queria fundar um colégio onde se lesse a língua castelhana, e queria que o livro que se lesse fosse o da História de Don Quixote [...]”. (Cervantes, 1971, II, p. 534). Em Madrid, 1615, Miguel de Cervantes cria o projecto de um instituto Cervantes em Pequim.

Em 1652, Manuel da Costa S. J. na *Arte de Furtar* propõe o envio de estudantes portugueses para a China “[...] para estudarem a medicina, com que todo aquele vastíssimo Império se cura, que sem controvérsia é a melhor do mundo [...]” (Costa, 1991, p. 76) e em 1670, Pascal pergunta, nos *Pensées*, “[...] qual o mais credível dos dois, Moisés ou a China [...]” (Pascal, 1976, p. 217).

O emergente conhecimento de algumas dimensões da China, a China como modernidade contemporânea e como antiguidade civilizacional, é para os Europeus e Europas da Europa um Espelho de Diferença e de Crítica. As vias de desenvolvimento imperial da China Ming e Qing surgem como inspiração ou apologia de centralismo estatal, de intervenção e planificação estatais nas economias políticas de mercantilismo e fisiocracia, de organização e hierarquia sociais, de concorrencial meritocracia letrada, de tolerância religiosa e ética, de dinamismos urbano e empresarial, etc.

Na Europa algumas elites veem a China como Diferença maior na igualdade contemporânea da primeira Modernidade global. Europa e China surgem como polos vanguardistas que impulsionam a restante Eurásia e os mundos do mundo: “[...] a mais alta policia e refinamento humanos estão hoje concentradas nas duas extremidades do nosso continente, a Europa e a China, a qual adorna o Oriente tal como a Europa adorna o lado oposto da Terra. Talvez a Divina Providência tenha ordenado tal distribuição de modo a que as mais policiadas e distantes nações estendam os braços uma à outra fazendo com que os que se encontram entre si alcancem um melhor modo de vida [...]”¹⁴.

As relações entre portugueses e chineses formam o berço da Europa chinesa e de toda esta visão duma China ao modo Europeu. O primeiro sincretismo das relações diretas, regulares, contínuas, importa muita China material e intelectual e exporta uma pequena Europa pontual e fragmentária, exótica, mas de indiferença chinesa, em exposição na “Eurolândia” que também é Macau.

Em Lisboa, 1621, Duarte Gomes de Sólis vai reafirmando a China como um dos espaços “[...] de melhor governo político que há no mundo [...]”. Um tópico que desde as décadas de trinta e quarenta do anterior século XVI é constantemente glosado em português. A China do século XVI ao século XVIII alimenta o gosto e o consumo, o conhecimento e o imaginário europeus, a comparação e a crítica da Europa fazendo-se a si mesma e fazendo-se mundos do Mundo. A Idade do Eurofuncionismo alimenta a própria língua e metáfora portu-

¹⁴ Leibniz (1697), prefácio in *Writngs on China* (1994, p. 45).

sas (e doutros europeus) como vemos na expressão “negócios da China” ou em Macau, a 20 de novembro de 1555, quando o escritor mercador Fernão Mendes Pinto para afirmar que todo o saber é escolha, posição, escala, perspectiva, proclama a sentença de que “[...] para escrever tudo era necessário que o mar fosse tinta e o céu papel [...]”¹⁵.

III. Na segunda fase de relacionamento direto, ao longo do século XIX e até meados do século XX, as relações Portugal-China vivem sobretudo, embora com a parcial exceção da plataforma Macau, ao ritmo global do relacionamento Europas-China. Esbate-se, em grande medida, a individualidade e a diferença relacional estabelecidas nos séculos XVI a XVIII. Agora são apenas mais umas e secundárias modalidades de um quadro cujo núcleo essencial lhes foge.

Na primeira fase de Diferença como Distância que Aproxima o relacionamento tornou-se, através de Macau, Portugal-Lisboa, um dos marcos de escoamento da novidade e da modernidade, na Europa, da China Ming e Qing. Portugal, a restante Europa e a China eram contemporâneos. A simultaneidade como contemporaneidade, social e cultural, fez desenvolver o mútuo conhecimento embora de forma assimétrica. Entre os portugueses e os outros europeus, do Humanismo e Renascimento ao Iluminismo, como já vimos, a China tornou-se matéria e material de atração e interesse, de estudo e comparação, de debate e reflexão, para além de universo de consumo e de bom gosto na cultura material de elites. Na China o conhecimento, reconhecimento e impacto europeus foram residuais e pouco significativos fora do restrito universo de curiosidades e exóticos ou de parcerias práticas mercantis e financeiras.

A grande divergência da civilização industrial instaurou uma *Diferença* como *Distância* e *Distanciamento*. A China, mas também Portugal, eram simultâneos, mas não contemporâneos da civilização e do progresso da industrialização acelerada e triunfante.

A “Grande Divergência” instaura a ideia e a realidade de uma China Imóvel e Fechada, perdida no tempo como passado eterno, a ver e visitar enquanto curiosidade de distanciamento. Mas, também Portugal e os portugueses são arrastados por e para este cone temporal dos não desenvolvidos e civilizados: “[...] estes semi-civilizados governos como os da China, Portugal e América Latina precisam todos, cada oito ou dez anos, de um curativo tratamento que

¹⁵ Pinto (20 de novembro de 1555, in Catz [1983, p. 61]).

os mantenha na ordem...não ligam às palavras e devem não só ver o bastão como senti-lo mesmo nas costas [...]”¹⁶.

Em 1850 para o senhor da guerra do ópio Lord Palmerston, a China e Portugal são irmãos semi-civilizados, poderes que só pela guerra e coerção obedecem à dita “civilização” europeia, isto é, ao Imperialismo Britânico (Gungwu, 2003).

A idade da grande divergência na e pela industrialização instaura entre as diferentes vias próprias de desenvolvimento, até aí de modernização convergente relativamente contemporânea, uma diferença e diferenciação. A Europa Atlântica – Norte (e a Neo-Europa dos E. Unidos da América) opera uma transformação social e cultural que implica e transforma a China, mas também a Índia, o Islão, Portugal, muitas das Europas do Sul e Eslavas, a América Latina, etc. em mundos simultâneos cada vez menos contemporâneos. A diferença Europa-China, faz-se agora num relacionamento profundamente desigual e já não relativamente equivalente. Essa desigualdade traduz-se num processo (1842 a 1897) que leva à ocupação e anexação da China Litoral (concessões) por várias potências industrializadas.

O caminho de ferro, o telégrafo, o navio a vapor, o telegrama, os cabos transatlânticos, a refrigeração dos alimentos, etc. marcam, a partir dos anos de 1830-1860, uma nova idade do mundo e das relações Europa-China. Agora a inovação tecnológica, a superioridade organizativa militar e económica encontram-se numa Europa/Ocidente capaz de impor alterações estruturais às regras e aos ritmos da Ásia Oriental.

Emerge um segundo sincretismo cultural Europa/Ocidente – China em especial a partir de 1870-1890 necessário à cultura e à sociedade chinesas para penetrar, aproveitar, usar a cultura europeia (Levenson, 1968, p. IX).

O impacto da civilização industrial nos diferentes domínios da conexão e interdependência Europa-China revela-se rápido e catastrófico frente aos andamentos e relacionamentos do passado. Em 1750 a China ainda produzia um terço do produto manufatureiro mundial, a Índia um quarto e a Europa um quinto. Em 1830 o avanço da Europa frente à China é ainda reduzido, mas a segunda metade do século XIX vai cimentar a Grande Divergência Tecnológica e Económica. Em 1920, cerca de 84% do produto manufaturado mundial é do Ocidente (Europa e E. Unidos em especial) e em 1950, cerca de 64% (Maddison, 2006, pp. 112-179 e 2006a).

¹⁶ Lord Palmerston, nota autógrafa de 29 de setembro de 1850 (F.O. 17/173), *apud* Blue (1999, p. 77).

Os ritmos da tradução do e para chinês são bastante elucidativos acerca das lógicas das fases de relacionamento direto.

No primeiro andamento encontramos portugueses em posição relevante como vemos nos casos de Manuel Dias Junior S. J. com a tradução para chinês do *Tratado da Esfera em Diálogo/Tianwen lüe*, Pequim, 1615 ou da *Lógica* de Aristóteles por Francisco Furtado, S. J. em 1625. No caso da tradução do chinês para português encontramos os manuscritos de António de Gouveia, S. J. – *Monarchia da China*, 1654 (tradução parcial de Si Ji) e de Tomás Pereira, S. J. – *Tratado do Budismo Sínico*, c. 1686 (Pereira, 2011, Vol. II, pp. 41-62) bem como a tradução latina do *Da Xue, Sapientia Sinica*, organizada por Ignácio da Costa, S. J. e p. Intorcetta, impressa em 1662 em Kién Cham/Qianchang na província de Kiam Si/Jiangxi (e contendo uma biografia de Confúcio da autoria de António Gouveia, S. J.). Na segunda fase a partir do século XIX nada de tão relevante pode ser indicado.

As traduções do e para chinês dos jesuítas portugueses e restantes jesuítas europeus italianos, belgas, etc., são trabalhos de equipa com letrados chineses que muitas vezes desconhecemos (com a parcial exceção nos casos de Xu Guangqi e Li Zhizhao).

O mais relevante nesta primeira fase é o facto de a tradução para ou do chinês ser projeto de iniciativa ou de condução europeia. Assim o vemos na *Sinica e Historia Decas Prima*, Munique, 1658 de Martino Martini, S. J. A *Primeira Década da História da China* é uma edição e tradução latina de um sumário chinês do Si Ji (o mesmo de António de Gouveia manuscrito em 1654?) e na informação/divulgação em língua chinesa de Giulio Aleni, S. J. no Zhifan Waiji, 1623 de uma *Geografia dos países estrangeiros da China*.

Na segunda fase, a da Grande Divergência, em especial a partir de 1840, a iniciativa e a condução da tradução para língua chinesa é feita por chineses como vemos com Li Shanian (1811-1882), Hua Hengfang (1833-1905), Ding Dubao (1874-1952) e tantos outros que a partir do inglês, alemão, francês, etc. vão traduzindo obras de matemática, química, geografia, medicina, etc. europeias e americanas (ainda que contando com o apoio e orientação de ocidentais, neste caso protestantes). No primeiro andamento das relações diretas é a China o centro e a central da tradução enquanto no segundo é a Europa. Entre os séculos XVI e XVIII a China Fascina e Modela enquanto que nos séculos XIX e XX o “Ocidente” Modela e Fascina elites da China.

As três fases do relacionamento direto estão simbolicamente representadas em cidades cosmopolitas chinesas que são placas eurasiáticas na boca de Guangzhou/Guangdong (Cantão cidade e Cantão província).

Macau, 1555-1557, a cidade por excelência do relacionamento dos séculos XVI ao XVIII, é como se diz nos documentos oficiais portugueses (centrais e locais) território chinês com incorporação portuguesa. Instalação de cidade portuária de serviços internacionais em sincretismo com ambiente e paisagem predominantemente chineses, a cidade do Nome de Deus(a), A-Ma/Mazu. Hong Kong, fruto do tratado desigual de Nanking, de 29 de agosto de 1842, é a cidade portuária do Imperialismo Industrial. Território chinês alcançado por via da guerra do ópio e da grande divergência, manifesta os caminhos do relacionamento nos séculos XIX e XX e com a grande aceleração diferencial dos anos de cerca de 1890 a 1914.

As regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau, anos de 1997 e 1999, são símbolo da terceira fase do relacionamento directo. As placas cosmopolitas eurasiáticas são agora plenamente espaços duma China em aceleração e crescimento únicos nos últimos trinta anos. Integram a modernidade chinesa em desenvolvimento internacional global bem manifesta em também cidades-região litorais como Schenzen, Guangzhou, Shanghai, etc.

As cidades-região de Macau e de Hong Kong, no século XXI, testemunham os três andamentos das relações diretas Europa-China. As idades da primeira modernidade global entre contemporâneos, da segunda modernidade industrial-global entre não contemporâneos e a da contemporaneidade dos nossos dias aberta a uma conexão eurasiática com uma China cada vez mais global (vd. Shambaugh, 2000; Shambaugh, 2013; Yasheng Huang, 2008)¹⁷.

IV. As relações Portugal-China são singulares por serem o primeiro relacionamento moderno e direto já com um pouco mais de 500 anos, entre europeus e chineses e também por terem gerado uma plataforma eurasiática única, uma fronteira litoral marítima da China para acolhimento e contacto direto com Portugal – Europa que durou 444 anos entre 1555 e 1999. Fronteira que em metamorfose de RAEM – Região Administrativa Especial de Macau ainda hoje no século XXI procura cumprir essa função estratégica internacional para a China Global.

¹⁷ Especificamente sobre Macau e a sua ambivalência cultural, vd. Cheng (1999 e 2013).

As relações Portugal-China possuem configuração e ritmia próprias geradas no pioneirismo temporal e na invenção Espacial de uma fronteira comum de Portugal/Europa na China (e vice-versa à medida que se avança no século XXI fazendo Portugal Macau).

A singularidade e diferença do relacionamento entre portugueses e chineses não foge, no entanto, às regras processuais mais gerais do relacionamento Europa-China. Antes pelo contrário, pois ao contribuir decisivamente, nos séculos XVI e XVII (e mesmo posteriormente), para o seu incremento torna-se parte de um todo, pulsa também ao ritmo mais global dos ciclos eurasiáticos de relacionamento, integra e repete as regras e regularidades.

Existem morfologia e ritmia próprias e únicas nas relações Portugal e China mas, situadas e inseridas nas morfologia e ritmia mais globais das macro-fases Europa-China, de relações indiretas e diretas e das fases e faces internas a este último relacionamento. O relacionamento Portugal-China tem, pois, uma certa existência e autonomia próprias, mas, ao mesmo tempo, integra e comparticipa do relacionamento da mais longa duração multimilenar Europa-China.

A singularidade, a condição única do relacionamento bilateral assenta nas dimensões temporal e espacial. É o primeiro tipo e modo de relacionamento direto, contínuo, regular entre europeus e chineses. Começado a nascer em 1509, Malaca, na Ásia do Sueste onde os mundos marítimos e migratórios da China e da Índia se encontram, marca o início das modernas e globais relações transculturais e internacionais entre Europa/Europeus e China/Chineses. As relações eurasiáticas neste caso Europa-China, apresentam cinco grandes constantes, regras de constituição, cinco regularidades tipológicas chave. A primeira é a de serem *relações processuais* da mais longa duração. Os acontecimentos, circunstâncias, situações são cumulativos e evolutivos. Vivem em fases, níveis, andamentos, períodos que permitem a determinação de duas grandes idades relacionais (indiretas – diretas) e de uma trilogia de faces oscilantes na segunda idade. As relações eurasiáticas são sempre *multilaterais*. Embora a atenção e a acentuação possam ser colocadas na perspectiva bilateral, a realidade é sempre multilateral envolvendo diferentes europeus, asiáticos, americanos, africanos no relacionamento Europa-China.

A terceira constante é a de serem *relações mútuas de implicação/aculturação* embora *desigual*. Relações de conexão e interdependência que levam a oscilantes configurações comuns, sincretizações de mútuos interesses e poderes económicos, culturais, políticos, etc. A quarta regularidade assenta no carácter

hierárquico destas relações. Mesmo entre relativamente iguais, entre totalmente contemporâneos, em termos tecnológicos, científicos, organizacionais, as relações possuem sempre hierarquias, escalas assimétricas, locais e centrais, de oscilação. A quinta grande regularidade tipológica revela *relações heterogêneas*. Processos e sistemas de conexão e de interdependência com uma alta diversidade de programas, grupos, regiões, indivíduos. Não existem conexões e interdependências entre homogêneos e totalidades, mas sim entre heterogêneos e partes. Estas cinco constantes das Relações Eurasiáticas são “dispositivos de relativa estabilidade” (P. Bordieu), regras de funcionamento de conexão e interdependência Europa-China. Por isso, implicam e englobam também as regularidades do relacionamento multissecular Portugal-China.

No para além desta tipologia mais global, comum e partilhada, existem características mais específicas ao próprio relacionamento direto Portugal-China. Constantes que se foram repetindo a partir dos inícios do século XVI e que são a forma concreta de fazer e constituir as regras de relacionamento eurasiático já formuladas.

Na mais longa duração este processo de relacionamento apresenta para além do já apontado seis grandes características, seis tonalidades que ao longo dos séculos tiveram uma certa repetição e regularidade tipológica.

1. As conexões e interdependências entre portugueses e chineses para além do relacionamento *Bilateral* direto são, desde a origem e no seu processo, *Multilaterais*. Convocam e implicam diferentes parceiros e múltiplas parcerias eurasiáticas (italianos, espanhóis, alemães, indianos, malaios, japoneses, etc.) atuando o parceiro português como um multiplicador de correlações. Um intermediário global das culturas material e intelectual, dos produtos, circuitos, informações e conhecimentos, China e Europa para as restantes Ásia, Europa, América, África. A bilateralidade prática e imediata na multilateralidade real atribui à dimensão portuguesa um papel de acelerador, de valor acrescentado nos mais lucros/ganhos e menos riscos/prejuízos de oportunidades e mercados. A China dá a escola e Portugal contribui para a melhor correlação e adaptação.

2. As relações entre portugueses e chineses são tanto ou mais *Informais* quanto *Formais*. Informais, fruto de conexões e de interdependências de circunstância e de situação (que se podem ou não renovar indefinidamente) envolvendo confiança entre grupos e indivíduos em posições nucleares de poder e

de interesse, económico e político. Formais, assentes em instituições e acordos oficiais entre as respectivas economias, sociedades, políticas, culturas.

O predomínio da informalidade sobre a formalidade é sobretudo manifesto nas relações económicas que são, no essencial, criação de privados (ainda que aparelhados a poderes públicos locais, regionais, centrais), de grupos empresariais que se estabelecem e consolidam com base na confiança pessoal e no direto relacionamento interpessoal.

Estes agrupamentos de parceria, devido à sua condição tão ou mais informal quanto formal, possuem ao mesmo tempo alta estabilidade e alto dinamismo de atracção, alargamento, renovação. Muito deste relacionamento interpessoal direto implica contacto/vivência, da parte portuguesa, com as realidades chinesas sobretudo por via da plataforma Eurasiática de Macau.

3. As relações luso-chinesas são essencialmente de natureza prática: comercial, financeira, transcultural. São parcerias de mútuo interesse e de mútuo benefício, de riscos e de lucros em comum em busca de uma proporcional e justa divisão dos ganhos. A componente portuguesa funciona regularmente como extensão e envolvimento de mais parceiros, mercados, capitais, aliados, etc.

4. As parcerias económicas culturais luso-chinesas envolvem não só portugueses de Portugal e chineses da China como portugueses e chineses da Diáspora. Grupos e famílias de chineses e portugueses ultramarinos, instalados e inseridos nas vidas económica e cultural doutras sociedades. Comunidades, portuguesa e chinesa, do Atlântico Africano e Americano, do Índico e da Ásia do Sueste/Mares do Sul (Naniang). Comunidades enraizadas em diversos espaços nacionais e internacionais, locais e globais, mas que preservem forte ligação e lógicas de interesse comercial, financeiro, cultural, com as terras natais de Portugal e China.

5. O processo relacional de mais de meio milénio entre portugueses e chineses criou uma fronteira eurasiática única que é Macau/RAEM, um micro espaço de macro funções que serve uma China Global e que atrai outros europeus e asiáticos. Macau tornou-se a sede empresarial por excelência das parcerias luso-chinesas. O lugar onde se acumula e gera formação e informação estratégicas. A fronteira em cidade portuária litoral-marítima que mais ligou, ao longo dos séculos, a China à Europa, à África e à América Atlântica. Essa herança é hoje para a Região Administrativa Especial um potencial horizonte de futuro.

6. Embora maioritariamente privados e de associação maleável, tão ou mais informal que formal, as relações transculturais, comerciais, financeiras

não excluem as relações políticas oficiais entre os dois Estados Centrais. A embaixada tributária de Tomé Pires, de 1517-1521, é a primeira relação diplomática oficial moderna de um Estado Europeu à China. A primeira tentativa política de um Estado – Dinástico Europeu ter relações diplomáticas com o Império Chinês Ming.

Macau existe tanto por constituição semi-oficial sinoniportuguesa quanto por proteção e favorecimento do Centro imperial de Beijing (mesmo que de uma forma sempre mais implícita que explícita).

Os Estados Centrais de Portugal e da China, com a sua imensa diferença de escala, foram ao longo dos tempos criando condições preferenciais de acolhimento e promoção do relacionamento informal e semi-formal oficializando-o quando e sempre que útil e necessário. Economia e cultura em processo relacional com algum apoio e retaguarda de políticas económicas e culturais tem sido a regra que melhor serve o concretizar de conexões e de interdependências que fazem a metamorfose da distância em proximidade.

Em fatores essenciais, a terceira fase das relações diretas Europa-China retoma constantes da primeira. Estamos de novo (no século XXI como nos séculos XVI e XVII) frente a uma diferença entre contemporâneos tecnológicos e económicos. Estamos de novo frente a uma concentração dos grandes capitais na China e de novo frente a uma revolução global marítima do comércio e finança internacionais que inunda de “made in China”, de produtos transformados/produzidos os mercados locais, nacionais, globais. De novo vivemos uma idade em que a China fascina e modela o Ocidente como vemos no ressuscitar do valor da ética social neo – confuciana, do modelo político chinês de meritocracia, da língua e cultura chinesas, de medicina tradicional chinesa, de tópicos de lucro e de imaginário como as “Rotas da Seda”, os “Negócios da China”, etc.

Portugal e os portugueses voltam a ter condições de ativa e contemporânea conexão e interdependência com a China e os chineses que se haviam perdido nos primeiros andamentos da revolução/civilização industrial. As línguas, culturas, economias, sociedades voltam a convergir na distância máxima de escala e de espaço. A terceira fase tem sem dúvida bem mais afinidade e filiação com a primeira fase das relações diretas do que com a segunda, mas não é um retorno. É toda uma nova idade. A China volta a ser a maior economia, não duma economia mundo, mas sim da Economia Mundial. A China volta a ser um espaço de inovação, mas não de tecnologias tradicionais, mas sim de altas e avançadas tecnologias, da nanotecnologia às ambientais e espaciais. A

China volta a ser o grande pólo de atração planetária dos capitais, mas é, ao mesmo tempo, cada vez mais, um investidor na Europa, África, América, Ásia. A China de novo flui e desagua no Mundo, mas agora sob a forma de turismo, massificante e de elite. Sob a forma de milhares, c. 300.000, estudantes chineses nas Universidades Europeias.

Hoje, o essencial da função Macau deslocalizou-se para Portugal. Portugal é de novo uma relevante plataforma Eurasiática, mas, agora, à boca da Europa Atlântico-Mediterrânea e na lógica do renascimento asiático global. Jamais a igualdade relativa de condições tecnológicas, científicas, sociais, políticas entre algumas Europas da Europa e a China foi tão igual. Nunca a proximidade e afinidade de ideias e ideais comuns foi tão próxima e, no entanto, estamos tão só nos primeiros passos de uma terceira idade que não sabemos como se irá processar, evoluir, acabar (vd. Shambaugh & Shou Hong, 2008; Vogt, 2013).

No presente e no futuro próximo Portugal e as Europas da Europa estão em crescente e convergente conexão e interdependência com a China. Porque todos somos Outros, o espelho da proximidade – alteridade, da não indiferença, mobiliza a Europa e a China: “[...] a China é o Outro fundamental e, sem o encontro com a China, o Ocidente não conseguirá tornar-se verdadeiramente consciente dos contornos e limites do seu Eu Cultural [...]” (Bresciani, 2009, p. 19).

Referências bibliográficas

- AA. VV. (2017). *A Cidade Global: Lisboa no Renascimento*. Lisboa: MNAA/I. Nacional.
- Abu-Lughod, J. (1989). *Before European Hegemony: The World System 1250-1350*. N. York: Oxford U. Press.
- Allen, R. C., Bengtsson T. & Dribe M. (Ed.) (2005). *Living Standards in the Past*. Oxford: Oxford U. Press.
- Alves, J. S. (1999). *Um Porto entre dois Impérios: Estudos sobre Macau e as Relações Luso-Chinesas*. Macau: IPOR.
- Annemarie, J. G. & Lowe, K. J. (Eds.) (2015). *The Global City: on the Streets of Renaissance Lisbon*. Londres: P. Holberton.
- Arrighi, G. (1994). *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the origins of our Times*. London: Verso.
- Barreto, L. F (1995). *Macau: Cartografia do Encontro Ocidente-Oriente*. Macau: F. Oriente.
- Barreto, L. F (1997). *Cartografia de Macau – Séculos XVI e XVII*. Lisboa: M. Macau.
- Barreto, L. F (1997). Da China Ming na Cultura Europeia: os Pólos Português e Italiano (1499-1550). *Anais de História de Além-Mar*, III, 426-430.
- Barreto, L. F. & Serrão, V. (Ed.) (2015). *Património Cultural Chinês em Portugal*. Lisboa: CCCM.

- Barreto, L. F. (2000). *Lavrar o Mar: os Portugueses e a Ásia, c. 1480 – c. 1630*. Lisboa: CNCDP.
- Barreto, L. F. (2002). Recensão Crítica a Dicionário Português Chinês (Ed. J.W. Witek), *Bulletin of Portuguese - Japanese Studies*, 5, 117-126.
- Barreto, L. F. (2006). *Macau: Poder e Saber séculos XVI e XVII*. Lisboa: Presença.
- Barreto, L. F. (2008). A Aculturação Portuguesa na Expansão e o Luso –Tropicalismo em Portugal: Percursos de Interculturalidade. In Lages, M. F. & Matos, A. T. (Eds.), *Portugal: percursos de interculturalidade* (Vol. I, pp. 475-501). Lisboa: Alime.
- Barreto, L. F. (Ed.) (2012). *Europe-China: Intercultural Encounters 16th -18th Centuries*. Lisboa: CCCM.
- Bayly, C. (2004). *The Birth of the Modern World, 1700-1914: Global Connections and Comparisons*. Oxford: Blackwell.
- Beaujard, P. (2012). *Les Mondes de l’Océan Indien. Tome 2 (7-15 siècles)*. Paris: A. Colin.
- Blue, G. (1999). China and western Social Thought in the Modern Period. In Brook & G. Blue (Eds.). *China and Historical Capitalism: Genealogies of Historical Knowledges*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bresciani, U. (2009). *La Filosofia Cinese nel Ventesimo Secolo – I Nuovi Confuciani* (p. 19). Roma: Urbiana U. Press.
- Carneiro, R. & d’Oliveira Martins, G. (Eds.) (2014). *China e Portugal. Cinco Centúrias de Relacionamento: uma leitura académica*. Lisboa: UCP.
- Cervantes, M. (1971). *Don Quijote de la Mancha*. Ed. M. Riquer. Barcelona: Juventude.
- Cheng, C. M. B. (1999). *Macau: A Cultural Janus*. H. Kong: H. Kong U. Press.
- Cheng, C. M. B. (2013). *Tracing Macau Through Chinese Writers and Buddhist/Daoist Temples*. Macau: F. Macau/CCCM.
- Cortesão, A. & Mota, T., (Eds.) (1960). *Portugalia Monumenta Cartographia*, Lisboa: Costa, M. (1991). *Arte de Furtar*. Ed. R. Bismut. Lisboa: I. Nacional.
- Darwin, J. (2007). *After Tamerlane: The Global History of Empire*. Londres: Penguin.
- Dicionário Português-Chinês* (2001). Ed. J. W. Witek. Lisboa: B. Nacional. (Recensão crítica de L. F. Barreto (2002). *Bulletin of Portuguese Japanese Studies*, 5, 117-126).
- Frei Gaspar da Cruz (1997). *Tratado das Coisas da China (Évora, 1569 – 1570)*. Ed. R. M. Loureiro. Lisboa: Cotovia.
- Fôret, P. & Kaplony, A. (Ed.) (2008). *The Journey of Maps and Images on the Silk Road*. Leiden: Brill.
- Gil, J. (1993). *En Demanda del Gran Kan: Viajes a Mongolia en el siglo XIII*. Madrid: Alianza.
- Gil, J. (1995). *La Índia Yel Catay. Textos de la Antigüedad Clássica y del Medievo Occidental*. Madrid: Alianza
- Goody, J. (1996). *The East in the West*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gorshenina, S. (2014). *L’Inventions de l’Asie Centrale: Historie du Concept de la Tartarie a L’Eurasie*. Paris: Droz.
- Gungwu, W. (2003). *Anglo-Chinese Encounters Since 1800: War, Trade, Science, Governance*. Cambridge: Cambridge: Cambridge University Press.
- Hamashita, T. (2008). *China, East Asia and the Global Economy: Regional and Historical Perspectives*. Londres: Routledge

- Hart, R. (2013). *Imagined Civilizations: China, the West and their first Encounter*. Baltimore: Johns Hopkins U. Press.
- Hobson, J. M. (2004). *The Eastern Origins of Western Civilization*. Cambridge: C. U. Press.
- Hodgson, M. G. S. (1993). *Rethinking World History: Essays on Europe, Islam and Word History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Huff, T. (1993). *The Rise of Modern Science: Islam, China, and the West*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hyunchee, P. (2012). *Mapping the Chinese and Islamican Worlds: Cross – Cultural Exchange in Premodern Asia*. Cambridge: C. U. Press.
- Kai, C. F. (1996). *Estudos sobre a Instalação dos Portugueses em Macau*. Lisboa: Gradiva.
- Kang, D. C. (2010). *East Asia before the West: Five Centuries of Trade and Tribute*. N. York: Columbia University Press.
- Lane, G. E. (2007). *Early Mongol Rule in thirteenth – century Iran*. London: Routledge.
- Leibniz, G. W. (1697). *Novíssima Sínica*. Hanover. Prefácio in *Writngs on China* (1994, p. 45). Ed. D. J. Cock & H. Rosemont. Chicago: Open Court.
- Levenson, J. R. (1968). *Confucian China and its Modern Fate- a Trilogy* (p. IX). Berkeley: University of California Press.
- Li, K. Y. (2010). *The Ming Maritime Trade Policy in Transition, 1368 to 1567*. Wiesbaden: Verlag.
- Lord Palmerston (1999). Nota autógrafa de 29 de setembro de 1850 (F.O. 17/173). Apud Blue, G., China and Western Social thought in the Modern Period. In Brook, T. & Blue, G. (Eds.), *China and Historical Capitalism: Geneologies of Historical Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Loureiro, R. M. (2000). *Fidalgos, Missionários e Mandarins: Portugal e a China no século XVI*. Lisboa: F. Oriente.
- Loureiro, R. M. (2009). *Nas Partes da China*. Lisboa: CCCM.
- Maddison, A. (2006). *Contours of the World Economy, I-2030 AD*. Oxford: Oxford University Press.
- Maddison, A. (2006a). *Asia in the World Economy 1500-2030 AD*. Canberra: Australian National University.
- Maddison, A. (2005). *Growth and Interaction in the World Economy: The Roots of Modernity*. Washington: A. F. I. Press.
- Matos, A. T. & Thomaz, L. F. (Org.) (1993). *As relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente*. Lisboa: CNCDDT.
- Mohebbi, P. (2016). *Les Mots et les Choses de l' Europe en Persan (12-15 siècle)*. Paris: Harmattan.
- Montaigne, M. (1962). *Essais* (t. II, liv. III, cap. XIII, p. 524). Ed. M. Rat. Paris: Garnier.
- Mu-Chou, P. (2006). – *Enemies of Civilization: Attitudes Toward Foreigners in Ancient Mesopotamia, Egypt and China*. N. York State U. Press.
- Mungello, D. (1999). *The Great Encounter of China and the West, 1500-1800*. N. York: Rowman.
- Oliveira, F. R. (2003). *A construção do conhecimento Europeu sobre a China (1500-1639)*. Digital.

- Pagen, A. (Ed.) (2002). *The Idea of Europe: from Antiquity to the European Union*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pascal (1976). *Pensées*. Paris: Flammarion.
- Pereira, T. (2011). *Obras*. Ed. sob a coordenação de L. F. Barreto. Lisboa: CCCM.
- Phillips, A. (2011). *War, Religion and Empire: the Transformation of International Orders*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Phillips, K. M. (2014). *Before Orientalism: Asian Peoples and Cultures in European Travel Writings, 1245 – 1510*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- Pinto, F. M. (1983). Carta de Macau, 20 de novembro de 1555. In Catz, R., *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros documentos*. Lisboa: Presença.
- Plinio (1997). *Naturalis Historia* (XII, 84). Ed. H. Rackham. Cambridge, Massa. Harvard University Press.
- Pomeranz, K. (2000). *The Great Divergence: China, Europe and the Making of the Modern World Economy*. Princeton: Princeton University Press.
- Portugalia Munumenta Cartographica* (1960, Vol. 2). Ed. A. Cortesão e T. Mota. Lisboa: V Cent.
- Ptak, R. T (1998). *China and the Asian Seas: Trade, Travel and Visions of the Other (1400-1750)*. London: Variorum.
- Ptak, R. T (1998a). *China's Seaborne Trade with South and Southeast Asia (1200-1750)*. London: Variorum.
- Ptak, R. T. (2004). *China, the Portuguese and the Nanyang*. London: Variorum.
- Ptak, R. T. (2007). *Die Maritime Seidenstrasse*. Munique: Beck.
- Ramos, J. D. (2012). *Portugal e a Ásia Oriental*. Lisboa: F. Oriente.
- Rees, M. & Dematté, P. (Eds.) (2007). *China on Papper European and Chinese Works from the Late Sixteenth the Early Nineteenth Century*. Los Angeles: Getty.
- Romano, A. (2016). *Impressions de Chine. L'Europe et l'Englobement du Monde (XVI-XVIII siècle)*. Paris: Fayard.
- Rosenthal, J. L. & Wong, R. B. (2011). *Before and Beyond Divergence: The Politics of Economic Change in China and Europe*. Cambridge, Massa.: Harvard University Press.
- Shambaugh, D. (2013). *China Goes Global: The Partial Power*. Oxford: Oxford University Press.
- Shambaugh, D. (Ed.) (2000). *The Modern Chinese State*. N. Iorque: Cambridge University Press.
- Shambaugh, D., Sands, E., Shou Hong (Eds.) (2008). *China-Europe Relations: Perception, Policies and Prospects*. N. York: Routledge.
- Shen, F. W. (1996). *Cultural flow Between China and the Outside World throughout History*. Beijing: F. L. Press.
- Smith, R. L. (2009). *Premodern Trade in World History*. London: Routledge.
- Souza, G. B. (1986). *The survival of Empire. Portuguese trade and Society in China and South China Sea, 1630-1754*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Subrahmanyam, S. (1993). *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History*. London: Longman.
- Tin-bor Hui, V. (2005). *War and State Formation in Ancient China and Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Usellis, W.R. (1999). *As origens de Macau*. Macau: M. Maritimo.
- Valignano, A. (1944). *Historia del Principio y Progreso de la Compañia de Jesus en las Indias Orientales (1542-64)*. Ed. J. Wicki. Roma: I.H.S.I..
- Vogt, R. (Ed.) (2013). *Europe and China: Strategic Partners or Rivals?*. H. Kong: H. Kong University Press.
- Von Laue, H. T. (1987). *The World Revolution of Westernization: The Twentieth Century in global perspective*. N. York: Oxford University Press.
- Wade, G. P. (s.d.). *The Ming Shi-Lu (Veritable Records of the Ming Dynasty) as a Source for Southeast Asian History: Fourteenth to Seventeenth Century* (8 Vol.). H. Kong: H. Kong U. Press (large publics. Elect.)
- Wang, H. (2014). *China from Empire to Nation – State*. Cambridge, Massa.: Harvard University Press.
- Wang, M. M. (2014). *West as the Other: A Genealogy of Chinese Occidentalism*. Hong Kong: The Chinese University Press.
- Wong, R. S. (1997). *China Transformed: Historical Change and the limits of European Experience*. Ithaca: Cornell University Press.
- Woodside, A. (2006). *Lost Modernities: China, Vietnam, Korea and the Hazards of World History*. Cambridge, Massa.: Harvard University Press.
- Wu, Zh. L. (1999). *Segredos da Sobrevivência: História Política de Macau*. Macau: AEA.
- Huang, Y. Sh. (2008). *Capitalism With Chinese Characteristics: Entrepreneurship and the State*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Zho, G. (2013). *The Qing Opening to the Ocean: Chinese Maritime Policies, 1684-1757*. Honolulu: U. of Hawaii Press.